



**ESTADO DA PARAÍBA
PODER JUDICIÁRIO
GABINETE DO DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES**

DECISÃO MONOCRÁTICA

APELAÇÕES CÍVEIS N.º 0123851-79.2012.815.2001 — 17ª Vara Cível da Capital.

RELATOR : Wolfram da Cunha Ramos, juiz convocado para substituir o Des. Saulo Henriques de Sá e Benevides.

01 APELANTE : Danielle Felix de Araújo Inácio.

ADVOGADO : Hilton Hril Martins Maia OAB/PB 13.442.

02 APELANTE: Banco BV Financeira S/A.

ADVOGADO : Celso David Antunes OAB/BA 1141-A, Luis Carlos Monteiro Lourenço (OAB/BA 16.780).

APELADOS: Os mesmos.

AÇÃO DE REVISÃO CONTRATUAL C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO. FINANCIAMENTO. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. PREVISÃO CONTRATUAL. LEGALIDADE. POSSIBILIDADE DA COBRANÇA DO IOF NO VALOR FINANCIADO. TAXA DE JUROS ACIMA DA MÉDIA DE MERCADO. LIMITAÇÃO. RESTITUIÇÃO DO EXCEDENTE DE FORMA SIMPLES. PRECEDENTES DO STJ E DESTA CORTE. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA DESPROVIMENTO.

— Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações similares. Recurso representativo da controvérsia. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.183.999/RS (2017/0260670-5), 3ª Turma do STJ, Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 29.06.2018).

VISTOS etc.

Trata-se de **Apelações Cíveis** interpostas por **Danielle Felix de Araújo Inácio e Banco BV Financeira S/A**, em face da sentença de fls. 150/161, proferida pelo juiz da 17ª Vara Cível da Capital, nos autos da Ação Revisional promovida por **Danielle Felix de Araújo Inácio**, que julgou parcialmente procedente o pedido para decretar a revisão do contrato de financiamento firmado entre as partes, nos seguintes termos:

- a) determinar a aplicação da taxa média de juros de mercado;
- b) reconhecer a restituição do indébito de forma simples;

Considerando que a parte autora decaiu de parte mínima do pedido, condenou a parte ré ao pagamento das custas processuais e honorários

advocatícios ao patrono da parte autora, os quais fixou em 10% (dez) por cento sobre o valor da causa.

Em suas razões recursais (fls. 163/174), a promovente afirma que houve enriquecimento ilícito do banco promovido e pleiteia o provimento do recurso para que seja julgado totalmente procedente o pedido exordial.

O banco também apresentou apelação pleiteando, preliminarmente, a carência da ação por impossibilidade jurídica do pedido. No mérito, requereu o reconhecimento da legalidade da taxa de juros e a consequente inexistência do dever de restituir (fls. 175/184).

Contrarrazões às fls. 189/201.

A Procuradoria de Justiça não opinou no mérito, porquanto ausente interesse público que justifique sua intervenção (fls. 210/212).

É o Relatório.

Decido.

A promovente/primeira apelante ajuizou a presente ação assegurando ter firmado contrato de financiamento de veículo, em **21/10/2011**, no valor de R\$ 7.236,68 (sete mil, duzentos e trinta e seis reais e sessenta e oito centavos) em 48 (quarenta e oito) parcelas de R\$ 262,71 (duzentos e sessenta e dois reais e setenta e um centavos). Aduz que o pagamento de todas as prestações resultaria quantia muito elevada, em decorrência das cláusulas abusivas e ilegais previstas no contrato.

A magistrada *a quo*, a seu turno, julgou parcialmente procedente o pedido inicial para determinar a aplicação da taxa média de juros de mercado, bem como determinar a restituição, de forma simples, dos valores pagos a maior.

Pois bem.

Considerando que as partes apelaram, convém analisar os recursos conjuntamente.

Das apelações da promovente e do Banco BV Financeira S/A

Da preliminar de carência da ação

Alega o segundo apelante (BV Financeira S/A) que a ação deveria ser extinta sem resolução de mérito por carência da ação, ante a impossibilidade jurídica do pedido, haja vista que houve a aceitação do contrato por parte do promovente, sendo descabida a presente irrisignação com as cláusulas contratuais.

A referida preliminar não deve prevalecer, porquanto, o fato de ter assinado o contrato não impede o pedido posterior de revisão de cláusulas contratuais, a fim de verificar eventual ilegalidade ou abusividade, que somente se manifestam após a efetivação do negócio jurídico.

Neste sentido, **rejeito a preliminar.**

Do Mérito

A partir de uma análise do contrato firmado entre as partes (fls. 61/63), percebe-se existir divergência entre a taxa de juros mensal e a anual, dessa forma, resta evidenciada a previsão da **capitalização**, não se constatando qualquer ilegalidade, conforme súmula nº 541 do STJ:

A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

É evidente, pois, ter o apelante tomado ciência sobre o anatocismo, o qual é admitido, desde que haja expressa pactuação.

Corroborando esse entendimento:

AÇÃO ORDINÁRIA DE REVISÃO CONTRATUAL COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. TAXA DE JUROS ANUAL SUPERIOR AO DUODÉCUPLO DA MENSAL. POSSIBILIDADE. REVISÃO DOS JUROS COBRADOS ACIMA DOS VALORES DE MERCADO: VALORES NÃO ABUSIVOS. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTOS FIXADOS EM SEDE DE RECURSO REPETITIVO. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. SEM COBRANÇA SIMULTÂNEA COM MULTA. POSSIBILIDADE. 1 - "Nos contratos bancários, é vedado ao julgador conhecer, de ofício, da abusividade das cláusulas." 2 - **A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada**". 3 - É legal a cláusula contratual que prevê a exigência da comissão de permanência em caso de inadimplência, a ser calculada pela taxa média de mercado estipulada pelo Banco Central do Brasil, limitada à soma dos encargos remuneratórios e moratórios previstos no contrato, não podendo sua exigibilidade ser com eles cumulada. 4 - MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. DESPROVIMENTO DO APELO. (Apelação nº 0033472-24.2013.815.0331, 3ª Câmara Cível do TJPB, Rel. Marcos Cavalcanti de Albuquerque. DJe 19.07.2018)

Sendo assim, verificada a pactuação contratual não há se falar na ilegalidade da capitalização de juros.

Em relação ao **percentual de juros aplicado mensalmente**, embora não haja a limitação do percentual a 1% ao mês¹, observa-se do contrato de fls. 61/63 que os juros foram estabelecidos em 2,54% ao mês e a taxa anual é de 35,12%, apresentando-se superiores à taxa média de mercado para a época da celebração do contrato (21/10/2011), que era de 2,11% ao mês e 28,41% ao ano. Desta feita, bem decidiu a magistrada *a quo* em reconhecer a ilegalidade do percentual de juros fixado no contrato em comento e determinar a adequação do percentual para a taxa média de mercado.

No mesmo sentido:

¹**Súmula 596 do STF:** AS DISPOSIÇÕES DO DECRETO 22626/1933 NÃO SE APLICAM ÀS TAXAS DE JUROS E AOS OUTROS ENCARGOS COBRADOS NAS OPERAÇÕES REALIZADAS POR INSTITUIÇÕES PÚBLICAS OU PRIVADAS, QUE INTEGRAM O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL.

Súmula 382 do STJ: A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade.

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. JUROS REMUNERATÓRIOS. ALTERAÇÃO. INVIABILIDADE. SÚMULAS NºS 5 E 7/STJ. MORA. CARACTERIZAÇÃO. COBRANÇA INDEVIDA. ENCARGO DA NORMALIDADE. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL CONSOLIDADO. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. 1. Recurso especial interposto contra acórdão publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ) 2. **Os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando cabalmente comprovada, no caso concreto, a significativa discrepância entre a taxa pactuada e a taxa de mercado para operações similares. Recurso representativo da controvérsia.** 3. A reforma do julgado demandaria a revisão do acervo fático-probatório e a análise de cláusulas contratuais, procedimento vedado na estreita via do recurso especial, a teor das Súmulas nºs 5 e 7/STJ. 4. A constatação do abuso na exigência de encargos durante o período da normalidade contratual afasta a configuração da mora, consoante iterativa jurisprudência desta Corte. 5. Agravo interno não provido. (AgInt no Agravo em Recurso Especial nº 1.183.999/RS (2017/0260670-5), 3ª Turma do STJ, Rel. Ricardo Villas Bôas Cueva. DJe 29.06.2018).

Com efeito, diante da incompatibilidade entre a taxa média de mercado à época e a taxa fixada no contrato, outra medida não há senão a adequação do percentual para a taxa média de mercado, bem como que se proceda à restituição do valor excedente, de forma simples, ante a inexistência de má-fé.

Em relação à **taxa de emissão de carnê**, verifica-se que não houve a cobrança dessa taxa no contrato objeto de revisão.

No que concerne à **tarifa de cadastro** também não há abusividade na sua cobrança, desde que seja cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira, o que ocorreu no caso em tela. Ressalte-se, ademais, que o valor não se afigura desproporcional.

Corroborando esse entendimento:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. TARIFA DE CADASTRO. VALOR REDUZIDO PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO. DIVERGÊNCIA NÃO COMPROVADA. DECISÃO MANTIDA. (...) **Permanece válida a Tarifa de Cadastro expressamente tipificada em ato normativo padronizador da autoridade monetária, a qual somente pode ser cobrada no início do relacionamento entre o consumidor e a instituição financeira.** 2. Em que pese ter autorizado a cobrança da **tarifa de cadastro**, o Tribunal de origem constatou abusividade na quantia cobrada, o que ensejou a limitação do encargo ao valor médio de mercado vigente na data da contratação, apurado pelo Banco Central. Rever este entendimento ensejaria a **revisão** contratual e do conteúdo fático probatório dos autos, o que é vedado pelo teor das Súmulas 5 e 7 do STJ. 3. Agravo regimental não provido. (AgRg no Agravo em Recurso Especial nº 794.103/RS (2015/0254879-3), 4ª Turma do STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. j. 23.02.2016, DJe 01.03.2016)

Em relação ao **IOF** – Imposto sobre Operações Financeiras, não há ilegalidade na inclusão do valor do imposto no montante do financiamento, consoante entendimento pacífico:

DIREITO BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. JUROS REMUNERATÓRIOS. TAXA MÉDIA. AUSÊNCIA DO CONTRATO PACTUADO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DOS JUROS. AUSÊNCIA DE EXPRESSA PACTUAÇÃO CONTRATUAL ASSEVERADA PELAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. IMPOSSIBILIDADE DE REVISÃO POR ESTA CORTE SUPERIOR. SÚMULAS 5 E 7/STJ. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. PERÍODO DE INADIMPLÊNCIA. COBRANÇA ISOLADA. CABIMENTO. AFASTAMENTO DOS DEMAIS ENCARGOS DE MORA. SÚMULAS 30, 294 E 296/STJ. DESCARACTERIZAÇÃO DA MORA DO DEVEDOR. COMPENSAÇÃO DE VALORES E REPETIÇÃO DO INDÉBITO. CABIMENTO. DESNECESSIDADE DE PROVA DO ERRO NO PAGAMENTO. VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. TARIFA PARA ABERTURA DE CRÉDITO E PARA EMISSÃO DE CARNÊ. LEGITIMIDADE. ABUSIVIDADE NÃO DEMONSTRADA. IOF PARCELADO. POSSIBILIDADE. NÃO CARACTERIZAÇÃO DE VANTAGEM EXAGERADA DO AGENTE FINANCEIRO. 1. Conforme entendimento da Segunda Seção do STJ, os juros remuneratórios devem ser limitados à taxa média de mercado quando não há como apurar a taxa cobrada pela instituição financeira. 2. (...) 7. **Permitida a cobrança do IOF na forma parcelada porquanto não caracterizada a vantagem exagerada do agente financeiro.** 8. Recurso a que se nega provimento. (Recurso Especial nº 1.425.595/RS (2013/0410690-1), STJ, Rel. Luis Felipe Salomão. DJe 14.03.2018).

Assim, não há que ser modificada a sentença recorrida, sendo devida apenas a aplicação da taxa média de mercado aos juros remuneratórios do contrato em tela, bem como a restituição, de forma simples, do montante que excedeu a taxa média de mercado.

No concernente aos **honorários advocatícios**, não há que se falar em sua redução, porquanto o montante fixado em 10% (dez por cento) afigura-se adequado ao caso em tela.

Por tais razões, **rejeito a preliminar e, no mérito, NEGOU PROVIMENTO** aos recursos apelatórios, mantendo a sentença em todos os seus termos.

Publique-se. Intimem-se.

João Pessoa, 26 de julho de 2018.

Wolfram da Cunha Ramos
Juiz convocado/Relator



